

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.203.753 - SP (2017/0263362-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JOSE LUIZ DOS SANTOS
AGRAVANTE : CICERO JOSE DOS SANTOS
AGRAVANTE : MARIA BERNADETE RIBEIRO
ADVOGADO : SALOMÃO RIBEIRO - SP257982
AGRAVADO : CARLOS WAGNER FERREIRA
AGRAVADO : JEFFERSON FERNANDO FERREIRA
AGRAVADO : PAULO CESAR RAPETTI PEREIRA
AGRAVADO : PEDRO CESAR RAPETTI PEREIRA
AGRAVADO : CLAUDIA TEDESCO SANCHES FERREIRA
AGRAVADO : JÚLIA DE CARVALHO FERREIRA
ADVOGADOS : KELLY SOBRAL RODRIGUES - SP162624
JOSÉ EDUARDO TORRES MELLO - SP162619

DECISÃO

Trata-se de agravo de JOSE LUIZ DOS SANTOS e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS - Ação de obrigação de fazer c/c adjudicação compulsória - Sentença de parcial procedência, apenas para aplicar a multa contratual de 10% (dez por cento) - Irresignação dos apelantes - Nulidade contratual não verificada - Instrumento particular que não consubstancia os direitos reais pleiteados, mas que protege a posse dos apelados - Sinal pago pelos cessionários - Recebimento, no entanto, estaria condicionado à apresentação de certidões pelos apelantes, que não as apresentaram - Descumprimento contratual que enseja a aplicação da multa contida no instrumento - Decisão mantida por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal - Precedentes - Recurso não provido."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 503/506)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos art.80, II, art. 104, III, art. 107, art. 108, art. 166, IV, art. 168, parágrafo único, art.169 e art. 1.793, todos do Código Civil, sustentando, em síntese, que: 1) o direito à sucessão aberta somente pode ser objeto de cessão por escritura pública, por ser imóvel para efeitos legais, o que não

ocorreu no caso dos autos, razão pela qual o instrumento particular de cessão de direitos hereditários deve ser considerado nulo e, conseqüentemente, a multa contratual deverá afastada; 2) o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso de tempo, de modo que nada impede que o tema fosse ser ventilado somente nas razões do recurso de apelação.

É o relatório. Decido.

O Tribunal de origem, ao analisar a alegação de nulidade do instrumento particular de cessão de direitos hereditários, por não ter sido realizado por meio de escritura pública, concluiu:

"A ausência de instrumento público no caso em tela não acarreta a nulidade do contrato, livremente avençado entre as partes, mas apenas limita os seus efeitos ao plano pessoal, não garantindo aos apelados o direito real que poderiam alcançar por meio de eventual adjudicação, cuja possibilidade já foi afastada pela sentença guerreada." (e-STJ fl. 485)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1.973. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. As conclusões do acórdão recorrido, no tocante à validade do compromisso de cessão de direitos entabulado entre as partes, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Há precedentes desta Corte, no sentido de que a cessão de direitos hereditários possui natureza obrigacional, podendo assim, ser lavrada em documento particular. (Resp 853. 133-SC, Rel. originário Min. Humberto Gomes de Barros, Rel. para acórdão

Min. Ari Pargendler (art.52, IV, b, do RISTJ), julgado em 6/5/2008).

4. Agravo não provido.

(AgInt no REsp 1426161/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

Além disso, a Corte de origem consignou:

"Note-se que tal alegação de nulidade por parte dos apelantes beira a má-fé, tendo em vista que durante todo o trâmite processual alegou o não recebimento do sinal como razão para a não efetivação do negócio jurídico, aceitando, implicitamente o contrato como válido. Assim, refuta-se tal argumento, ainda, pelo fato de representar comportamento contraditório (venire contra factum proprium), o que é vedado.

Ou seja, não é verossímil que os apelantes aceitem o contrato, o firmem e, diante do descumprimento imotivado da obrigação que lhes caberia, cogitem de sua nulidade como forma de se verem escusados da obrigação assumida no instrumento, inclusive quanto à cláusula 5.8 da avença, que estipula multa contratual convencional de 10% (dez por cento) no caso de seu descumprimento." (e-STJ fl. 485)

Contudo, tal fundamento - vedação do comportamento contraditório - , autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 283/STF. EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator